

A PERCEPÇÃO DE AMEAÇA ESTATAL NO
CONTEXTO DA GUERRA FRIA:
**APROXIMAÇÕES POLÍTICO-HISTÓRICAS DO
COMPORTAMENTO ESTATAL BRASILEIRO**

INTRODUÇÃO

O presente artigo destina-se a identificar os padrões históricos e políticos nacionais ocorridos no período denominado Guerra Fria. Para tal, o modo como a política brasileira reagiu aos estímulos externos, bem como o papel de uma visão estratégica por parte da comunidade decisória com forte influência do pensamento militar, são elementos fundamentais para tornar possível a análise dos fatores que o processo decisório brasileiro considerava ameaças e as estratégias que foram estabelecidas para combatê-las.

Este trabalho possui uma finalidade eminentemente pedagógica ao que avança na contribuição aos esforços historiográficos nacionais. Esforça-se para ir além da repetição das categorias narrativas e assumir o desafio de responder aos questionamentos: se o comportamento estatal brasileiro movera-se segundo padrões do sistema internacional no período da denominada Guerra Fria e em que medida isso acontecia. Muitos outros livros e estudos poderiam ter sido mencionados neste trabalho. Na verdade muito do que está escrito aqui é resultado

*Professora de História das Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima - UFRR e doutoranda em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

de um ouvido atento aos mestres e colegas. Entre a apresentação de estudo que contivesse o 'estado da arte' do debate historiográfico acerca do assunto e a escrita de opúsculo dídático e objetivo que conseguisse refletir a complexidade do tema proposto escolhi este último.

GUERRA FRIA

A Guerra Fria é um dos períodos que mais mereceu reflexões por parte dos historiadores e cientistas políticos ligados ao campo das Relações Internacionais, enquanto campo de estudo, principalmente por parte da escola norte-americana. As linhas ulteriores privilegiarão o debate em torno de dois eixos temáticos que permitem a compreensão da Guerra Fria com maior acuidade: ideologia e alinhamento.

Inegavelmente a II Grande Guerra determinou e abriu reais perspectivas para um novo panorama geográfico e estratégico mundial que só viria sofrer substanciais mudanças com a queda do Muro de Berlim. Em certo sentido, de 1939 a 1945, ocorreu um fenômeno de contestação interna à liderança do sistema (GUIMARÃES, 2000,65), ou seja, matizado por um desequilíbrio global de forças, o novo desenho geográfico-político mundial, a partir de um conceito de países protagonistas vencidos e vencedores, delineou as novas estruturas de poder mundial.

À narrativa histórica impõe-se o desafio da periodização temporal enquanto convenção ou sistematização científica. Neste sentido, pode-se sugerir o apoio financeiro do Presidente Harry Truman à Grécia e à Turquia como o início do período denominado Guerra Fria. Estamos em fevereiro de 1947. Outro marco mencionado pela literatura é o da Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, onde Winston Churchill, Stalin e Roosevelt decidiram sobre questões do pós-guerra, cujo enfoque era a Europa e a questão da Alemanha. Já em 1944, em Dumbarton Oaks, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS avançava no campo do poder político mundial a ponto de querer barganhar o privilégio de veto ilimitado e de incluir como membros individuais da ONU todas as dezesseis Repúblicas unidas, na base de sua autonomia constitucional. Em Yalta, o papel protagônico e a posição política das duas potências começaram a se acentuar, o que pode ser entendido naquele momento, onde a disputa ideológica ainda não era predominante no sistema internacional, a partir da questão da divisão alemã e do

enfraquecimento do poder decisório inglês (DERVORT, 1998,43-44).

Stalin, em Yalta, aceitou a fórmula do veto - que excluía as matérias procedimentais e determinava a abstenção do membro permanente quando chamado a manifestar-se acerca de disputa em que é parte - em troca da aceitação da Ucrânia e da Bielorrússia como países membros na Assembleia Geral. Além do aumento expressivo do poder político no cenário internacional que se formava, há que se considerar que Stalin levou a efeito a constituição do marxismo-leninista como ideologia oficial da União Soviética (REALE; ANTISERI, 1986,804). As teses de Marx e Engels de que a filosofia não deve contemplar o mundo, mas transformá-lo, somadas aos pressupostos da expansão da ideologia comunista como fator de transformação mundial, fizeram com que nos anos subsequentes a comunidade ocidental fosse norteada por um conceito de que a URSS se movia segundo uma lógica expansionista (MAGNOLI, 2000, 66). A reação a este fenómeno materializou-se em parte na formulação de doutrina Truman e do Plano Marshall, o qual intentava, mediante montantes financeiros expressivos, reconstruir as economias capitalistas aniquiladas pela destruição carregada com a guerra.

O cenário internacional, sob a perspectiva maniqueísta, que, na época, servia aos interesses das duas potências, acabou por acarretar uma postura de alinhamento, principalmente dos países que viriam então a se chamar 'Terceiro Mundo'. Historicamente, sabe-se hoje que a separação, milimetricamente delimitada dos flancos, em democráticos e autoritários, ou capitalistas e planificados, não correspondeu à realidade. A postura da União Soviética em relação ao Afeganistão, e dos Estados Unidos da América em relação ao Chile de Pinochet, são realidades que só levam a crer em objetivos circunstanciais preponderantes se comparados à propagação e à implementação de um ideário político. Assim, como o viés ideológico não era determinista em relação às posturas das potências do sistema bipolar, o sistema internacional também oscilou entre a lógica determinística da ideologia e do alinhamento e posturas mais autónomas e pragmáticas.

Assim, a Guerra Fria baseou-se em parte na percepção da ameaça de um expansionismo do poder soviético. Formula-se toda uma teoria elaborada pelos norte-americanos, e com a qual o Brasil anuíra, de que a principal função da contenção estratégica da União Soviética tinha de caber, indubitavelmente, à grande potência militar, que era os EUA, sendo o papel das potências militares de menor alcance, como obviamente era o caso brasileiro, o de

sustentar internamente a luta contra a 'subversão' (JAGUARIBE, 1993, 125), muito embora isto não prescindisse do aporte militar (CONN; FAIRCHILD, 231). O embate ideológico pressupõe então o fator cultural onde elementos sociais como a crença e a defesa de valores é mais determinante do que a competição económica e militar, o que será determinante para alguns teóricos diferenciarem o império da hegemonia, o hard do soft power. Com a formação de dois pólos distintos e em certa medida hegemônicos, a Guerra Fria é funcional para a manutenção da coesão do bloco e da hegemonia dos Estados dominantes dentro dele (HALLIDAY, 1999, 190) muito embora tenha sido contra a lógica determinística do bipolarismo, que pugnaram Nasser, do Egito, Nehru, da Índia, e Tito, da Iugoslávia, no movimento dos países não-alinhados.

Contudo, a pesquisa histórica acerca do período da Guerra Fria continua a merecer uma constante renovação do debate, em busca do repensar das categorias histórico-explicativas ou histórico-interpretativas da Guerra Fria. Um autor que se destaca neste contexto é John Lewis Gaddis, que, após a abertura de arquivos até então secretos e de interesse nacional no Kremlin, publica, em 1997, a obra *We Now Know - Rethinking Cold War History*, em que procura repensar a história e as consequências desta no contexto da bipolaridade, o que oferece outros padrões de análise úteis à presente pesquisa. Existem atualmente moções no sentido da sofisticação do argumento narrativo histórico, da periodização dos marcos históricos do período bipolar e da análise mais cuidadosa do comportamento estatal neste período. Além da revisão de Gaddis merecem distinções as proposições de René Girault e a renovação historiográfica produzida pelo grupo argentino brasileiro, procurando re-situar a América Latina no contexto bipolar (SARAIVA, 2001, 15).

No sentido da sofisticação do argumento narrativo, hoje parece mais evidente que a promoção dos ideais democráticos por parte dos EUA assumiu diferentes matizes regionais. Entende-se que o distanciamento entre o observador e o contexto histórico - político observado foi fundamental para a revisão das categorias. A promoção do modelo foi, por assim dizer, exercido efetivamente na Europa ocidental, que séculos antes informara culturalmente os ideais iluministas norte-americanos. Já na América Latina, a influência política gerou comportamentos sociais altamente ambíguos e no Oriente Médio e na África clivagens profundas, considerando-se a situação do Irã e no Afeganistão.

A tentativa de influência regional no extremo oriente também causou

cicatrizes como o Vietnã, Laos e Coreia do Norte. Principalmente no período compreendido de Eisenhower até Nixon e sob a influência da realpolitik levada a cabo por Kissinger os EUA privilegiaram o equilíbrio do sistema em detrimento da promoção de um modelo democrático na América Latina. Quanto às incongruências, embora houvesse a cobrança por parte dos EUA sobre a violação de direitos humanos no Brasil, a superpotência ocidental anuiu e apoiou a implantação do sistema ditatorial castrense na Argentina, Brasil e Chile, motivada pelo receio de uma infiltração e disseminação do ideário comunista nestes, o que implicaria um novo desenho da projeção de poder mundial.

No que diz respeito ao expansionismo socialista, principalmente oriundo das ideias stalinistas, não se pode colocar em um mesmo bojo o exercício promovido no Leste Europeu, com delineamentos autoritários muito claros, e a influência exercida sobre a China, já que Mao, a partir dos conflitos coreanos e das críticas de Krushchev às mortes promovidas pelo regime chinês, promoveu o distanciamento político sino-soviético. Mesmo a atuação soviética em Angola, Moçambique, Somália, Etiópia e Afeganistão, por parte de Brezhnev, não necessariamente promoveu a expansão ideológica ou territorial (GADDIS, 1997, 187). Considerando o bloco comunista, a China também apresentou seus descompassos, abandonando seus planos em Taiwan e desconsiderando a atuação coligada com os kameraden no Norte da Coreia e na Indochina. A ruptura no eixo sino-soviético fora tamanha que avalia-se que o maior risco de uma guerra entre grandes potências poderia ter sido entre os dos grandes estados marxistas (idem, 187).

O marco do fim da Guerra Fria, por sua vez, é apontado, em termos de convenções históricas, na queda do Muro de Berlim, em 1989. Porém, a transformação das economias planificadas em economias de mercado foi um processo gradual. As reformas económicas na China no final dos anos '70, e os processos políticos e económicos na URSS em meados do '80 acabaram por desencadear um efeito dominó no leste europeu (ALMEIDA, 2001). Assim, a liberalização do regime soviético constitui a mais efetiva mudança no sistema de relações internacionais vigente desde o final da Segunda Grande Guerra. Contudo, se se considerar o aspecto da segurança internacional, a requisição do Conselho de Segurança, em 1992, ao Secretário-Geral Boutros-Ghali, para preparar uma análise e recomendações acerca do papel da ONU quanto à questão da segurança internacional, programa que ficou conhecido como

Agenda para Paz, foi estabelecido outro marco histórico importante no sentido do reconhecimento de que os padrões utilizados para análise da segurança internacional e, conseqüentemente, a percepção compartilhada de ameaça havia mudado. De certa forma, a 'Agenda para Paz' reflete também um novo sistema internacional, que viria após o congelamento do papel da ONU, em função do bipolarismo (PATRIOTA, 1998,48).

Com os ataques à torres gêmeas e a intensificação dos conflitos no Oriente Médio outros marcos passam a ser mencionados como a Revolução Islâmica no Irã ou o choque do Petróleo em 1979 que já indicariam características prevalentes do sistema internacional no início do século XXI. Se, é certo que não houve previsibilidade científica acerca da fragmentação da URSS no começo da década de '90, também não é incorreto afirmar que continua viva a crítica à cosmofagia do capital, que destrói homem e natureza e coloca o conhecimento e a crítica do mundo a serviço do mercado. Encerra-se este tópico evidenciando que a periodização universalmente utilizada de início e fim do período da Guerra Fria é passível de revisão e a falta de homogeneidade nas características do sistema internacional durante o período proposto sugere que o comportamento estatal delimitava-se por uma rede de multicausalidades que extrapolava a denominada lógica bipolar.

IDEOLOGIA E EQUIVALÊNCIA MORAL

Para entender o processo decisório estatal durante o período da Guerra Fria, determinados fundamentos políticos da bipolaridade merecem uma dedicação especial, que são ideologia e equivalência moral. O estudo destes temas em muito elucidará a avaliação das dimensões das mudanças do conceito de segurança e do sistema internacional após a queda do Muro de Berlim, em 1989. A análise resta complexa, considerando que a bipolaridade não significa somente a relação entre duas superpotências, mas entre maneiras de delimitar o papel do Estado, exercer o poder decisório e promover a influência extrafronteiras: uma capitalista-liberal e outra socialista-planificada.

Como resultado de uma ótica determinista, conforme o explorado no tópico anterior, as situações que não se enquadravam no sistema, por reducionismos ou por exclusão dos dados de análise, acabavam por não servir ao modelo proposto. Dessa maneira, não poucas vezes a ciência incorria em

erros de análise, pelo fato de adotar modelos de análise que não detinham capacidade explicativa. Nesse caso, os estímulos dados por uma realidade fática ficam diminuídos no foco, em vista da ideologia (VERZERBERGER, 1990, 24), ou seja, os tomadores de decisão possuem uma interpretação limitada da realidade, pois é impossível captar todo o cabedal de informações sobre um fato específico e, se for considerada ainda a incidência ideológica sobre esta fatia já diminuta das percepções dos fatores em política externa, ter-se-á um processo decisório constituído sobre as bases frágeis da informação fragmentada e sem a sustentabilidade necessária.

A questão da equivalência moral foi matéria de grandes discussões na esfera académica internacional. Talvez a mais conhecida foi entre o historiador marxista E.P. Thompson e o Secretário de Defesa americano, Caspar Weinberger, em 1984, em Oxford. A controvérsia é sobre haver ou não equivalência moral entre as políticas externas dos EUA e URSS durante a Guerra Fria. Thompson descrevia ambos os pólos como "dois estados terroristas" (GADDIS, 2002). A questão da abstenção de uma ótica moralista ou utópica na academia americana é atribuída por Gaddis à falha dos 14 pontos de Woodrow Wilson e do projeto de paz perpétua de inspiração kantiana na prevenção da Segunda Guerra. As teses wilsonianas obtiveram grande impacto sobre as elites americanas e sua falha na manutenção da paz mundial provocou uma reação à proposta moral-legalista tanto na academia como na política. A reação é perceptível na obra de Morgenthau, E.H. Carr e George F. Kennan, que dissociaram do discurso político a avaliação moral. Com a deténção, quando as armas nucleares trocaram seu papel de destrutividade pela durabilidade, a diversificação gradual de poder mundial passou a tomar o lugar do congelamento bipolar.

A estratégia americana não foi, na visão de Gaddis, um plano deliberado e pragmático no que tange à capilaridade. O conjunto de medidas do pós-guerra aplicado a diferentes setores constituiu para o virtuosismo da capilaridade político-cultural americana: (i) Bretton Woods, que criava um sistema em rede de prevalência do dólar e expansão de um sistema económico mundial de expansão do capitalismo e da economia de mercado; (ii) o Plano Marshall, que definia a trilateral EUA, Japão e Europa; e (iii) a difusão da cultura democrática (GADDIS, 1997, 192 a 198). Assim, os EUA e a URSS constituíram impérios após a Segunda Grande Guerra, mas não no mesmo sentido; aquele exerceu alta capilaridade política e a URSS restringiu-se a uma maior

imposição ideológica. O modo como a América Latina, *latu sensu*, e em particular o Brasil reagiram às características do sistema mencionadas até aqui será matéria das considerações subsequentes.

O TERCEIRO MUNDO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA.

A denominação Terceiro Mundo, embora aceita como um conceito instrumental, compreende uma série de países com realidades bem diferenciadas. Inserido neste conjunto não homogêneo está um grupo de países que, em vista do contexto ideológico, buscava identificar alinhamentos de caráter centro-periferia. O tema "Terceiro Mundo" passa então a ser uma chave hermenêutica para o tema Brasil, no contexto da Guerra Fria.

Com o final da Segunda Guerra e a criação do Estado de Israel, somados à questão do petróleo, o foco das atenções políticas ficou muito mais voltado para o conflito entre judeus e palestinos, o que hoje continua a ser um desafio para as políticas externas dos EUA, Europa e Rússia. Quando Truman reconheceu o novo Estado de Israel, em maio de 1948, muitos burocratas em Washington temiam que a decisão oferecesse à URSS uma enorme vantagem, haja vista os interesses vitais dos EUA no Oriente Médio e no Mediterrâneo (GADDIS, 1997, 164). E assim foi. Motivado por um entendimento já oriundo do entre-guerras, referente a um fatalismo geográfico - leia-se esfera de influência ocidental pela superpotência do pólo -, somado ao suposto alinhamento militar promovido pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em uma Conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1947, e a atuação do consórcio das elites latino-americanas, da Igreja Católica, com alta influência anticomunista; a América Latina não era ofoco de atenção prioritário das políticas externas das superpotências. Havia um alinhamento de interesses com os EUA, resultante da cooperação em tempos de guerra que gerou dividendos mútuos. Já no que diz respeito à URSS, o Brasil parecia estar longe da área de influência segundo as teorias geo-estratégicas amplamente adotadas pelas academias militares da época. Quatro fatores são dignos de menção neste contexto: (i) a esfera de atenções geopolíticas era o continente europeu porque aí mais provavelmente poderia geograficamente desenvolver-se um conflito com a utilização de armamento nuclear; (ii) a questão da revolução cubana foi uma surpresa, mesmo para a URSS, e, a partir da Crise dos Mísseis, a tendência da possibilidade de conflitos passou a ser de

territorialidade mais periférica; (iii) a questão de Nasser, no Egito, não assumiu proporções como Cuba, porque o foco era mais o Canal de Suez, enquanto que na ilha centro-americana houve a planificação total, atingindo investimentos de cidadãos norte-americanos e com uma área de influência geográfica russa mais usada.

No que diz respeito ao processo decisório em política externa na América Latina, é reconhecida a existência de um impulso na década de 70, em virtude de um relativo declínio econômico e político dos Estados Unidos da América, conjugado com o crescimento das economias latinas, que se estendeu dos anos 50 até final dos anos 70. Nessa época, também, os governos erigiram um corpo diplomático coeso o suficiente para atuar pragmaticamente na busca de projeção de poder. Apesar do cenário da década de '70 ter sido favorável, as políticas externas dos países latino-americanos continuavam condicionadas a três constrangimentos. O primeiro é a postura de alinhamento; o segundo é que industrialmente a região é marginalmente industrializada, o que faz a economia permanecer subdesenvolvida; o terceiro é que os processos de tomada de decisão tenderam a ser centralizados politicamente, o que não dissera respeito somente aos países autoritários (DOMINGUES; LINDAU, 1984, 113-115).

0 BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

A atuação da política externa brasileira no período compreendido desde o final da Segunda Grande Guerra, em 1945, até a queda do Muro de Berlim, em 1989, compreende um eixo descontínuo e em parte reflexo de políticas públicas internas oscilantes. Há uma percepção histórica de que, em virtude de um fatalismo geográfico, a América Latina estaria sob uma influência predominante dos EUA, o que não constitui um determinismo absoluto: provou-o Cuba. O fato do período da Guerra Fria ser marcado predominantemente no Brasil, pelo exercício ditatorial do poder por parte dos militares, também conduziria à raciocínio equivocado de homogeneidade nas políticas públicas adotadas.

A assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR, no Rio de Janeiro, em 1947 é significativo para compreender-se o compartilhamento de valores entre Brasil e EUA. A concepção de segurança após a Segunda Guerra Mundial era, portanto, majoritariamente coletiva, o que

se materializou na Europa na implementação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No mesmo ano de 1947, o Brasil rompe relações diplomáticas com a URSS e, internamente, declara a ilegalidade do partido comunista. Estava-se em uma época nacionalista, que iria ser sucedida por uma política mais desenvolvimentista, com Kubitschek, na qual se procura estender as alianças militares a uma ajuda económica mais efetiva, o que não ocorreu.

O período de Kubitschek, em termos de política externa, foi marcado por uma busca de abertura do Brasil para o mundo, consubstanciado nas inúmeras viagens que fez enquanto Presidente da República e por uma postura de alinhamento, embora criticasse a "obsessão anticomunista da política exterior americana", enfatizando o discurso desenvolvimentista e argumentando que as tradições católicas exerciam um papel de contenção da "subversão totalitária" (CAMPOS, 2001, 286). Interessante referir que Juscelino Kubitschek, em 1960, cria o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação, bem como as Seções de Segurança Nacional nos ministérios civis, subordinados à Secretaria Geral do Conselho Nacional. A criação foi em parte motivada por apelos do Presidente Eisenhower, no sentido de evitar a infiltração comunista no Brasil.

No mesmo ano da tomada de poder de Cuba por Fidel Castro, 1961, implantando o primeiro regime comunista na América Latina, Jânio Quadros assume a Presidência, propondo uma política externa independente. O Brasil preparava-se para restabelecer relações diplomáticas com a URSS e aproximava-se da China, constituindo-se uma discrepância a mácula do voto na ONU a favor do colonialismo impetrado por Portugal em Angola, por claros motivos ideológicos. O voto brasileiro aponta para a influência dos laços culturais na política externa brasileira, neste caso com Portugal, conforme o asseverado pelo chefe da delegação brasileira (CERVO, 1992, 309); por outro lado identifica-se claramente a postura de alinhamento já que o Movimento Popular de Libertação de Angola recebia ajuda financeira e militar da URSS (SARAIVA, 1999, 227). A posição brasileira é discutida internacionalmente e motivada por setores internos conservadores e pró-EUA, o que levou à renúncia de Jânio oito meses após a posse. Mesmo assim, os traços de independentismo são continuados por João Goulart, principalmente com a oposição brasileira ao embargo coletivo a Cuba.

0 momento da transição do regime democrático para o regime

castrense, em 1964, demonstra o quanto que a ideologia incidia sobre os militares no Brasil, ou seja, a percepção nos círculos militares era de que o expansionismo soviético ou as teses comunistas constituíam ameaça de tal expressão que justificavam a implantação do regime autoritário. De fato, a percepção da ameaça não era exclusiva dos militares, já que não houve resistência popular à "Revolução", que foi apoiada por setores expressivos da sociedade como a Igreja Católica e os ruralistas, como demonstrou a mobilização de setores conservadores que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo mais de 250 mil pessoas em São Paulo (CAMPOS; DOLHNIKOFF, 1988, 267). Assistia razão ao Presidente Juscelino quando mencionava a religião católica como um fator de contenção do comunismo no Brasil.

Há que se considerar também a fragilidade institucional brasileira que corroborou para a tomada do poder pelos militares. Os governos de Vargas e Kubitschek sofreram tentativas golpistas que foram seguidas de sublevações militares de 1956 a 1959. O raciocínio é acompanhado por GASPARI: "Todos os generais falavam em disciplina, mas naqueles dois anos agitados esquerda e direita mostraram suas concepções utilitárias da ordem e da desordem militar" (2003, 64). Roberto Campos também afirma que "se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise, ela vinha de mais longe" (CAMPOS, 2001, 568). Depreende-se então, da dinâmica histórica, que a Revolução de 1964 possui tanto raízes na formação sociológica-cultural brasileira, no que diz respeito à instabilidade institucional como na questão ideológica.

O período temporal subsequente - de 1964 a 1985 - e que compreende a época ditatorial - encontra simpatia e apoio dos EUA. Embora prematura, não aparece como um caso isolado, considerando os que ocorreram posteriormente: Indonésia, 1966; Grécia, 1967; Peru, 1968; Equador, 1972; Uruguai, 1973; Chile, 1973 e Argentina, 1976. Quanto à política externa, se no período anterior ao regime ditatorial, pode-se encontrar um período de maior alinhamento com os EUA (Vargas/ Kubitschek), seguido de uma tentativa de gradual autonomia na política externa brasileira (Quadros/Goulart), o período subsequente ao Golpe Militar de 1964 é de especial importância para o presente trabalho, pois apresenta, de forma clara, o papel da ideologia na percepção brasileira de segurança, bem como o padrão político brasileiro durante o período ditatorial até a abertura democrática, momento em que o processo decisório mudará substancialmente.

Politicamente, a ditadura compreende a fase que se propôs a ser de transição e de salvaguarda dos valores ocidentais. A linha de Castello Branco, se comparada com a dos sucessores, é moderada e referenciada pelo chamado Grupo da Sorbonne, ligado à Escola Superior de Guerra. Quem assume o Ministério das Relações Exteriores é o Chanceler Vasco Leitão da Cunha. Assinala-se a ruptura de relações com Cuba, que teria se afastado do sistema interamericano, tornando-se marxista, e a não-admissão da atuação comunista em território nacional. Por outro lado foi a partir de 64 que o Brasil expandiu suas relações comerciais com os países socialistas. Esta independência manifestar-se-á estritamente em termos de interesse nacional, na perspectiva da aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, condicionada pela não ingerência dos mesmos em assuntos internos (SEITENFUS, 1994,61).

O general Costa e Silva, Ministro do Exército do governo Castello Branco, não abre mão da permanência dos militares no poder e impõe-se como sucessor. Destaca-se no panorama internacional a revolta estudantil da Sorbonne, em 1968, que colocou em cheque o governo do general Charles de Gaulle e que fez reforçar a luta anticomunista em território nacional, materializada principalmente no Ato institucional nº 5. As discontinuidades na política externa são visíveis. A postura previsível de alinhamento não se coaduna com o termo aos exercícios navais conjuntos com Portugal e África do Sul, para intimidar os movimentos independentistas (Operação Cabrália), com o voto na Assembleia das Nações Unidas pela retirada das forças israelenses dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias - tendo em vista a relação de Israel com os EUA - e a não-adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, repudiando a imposição das potências nucleares.

Ministro do governo Castello Branco, Mediei é um dos generais de maior preparo intelectual, integrante do citado Grupo da Sorbonne. É um governo duro e severo, com o enfraquecimento do Congresso, do Judiciário e amordaçamento da imprensa, em resposta principalmente aos focos de guerrilhas internas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O período é o da mais estreita colaboração com os EUA, no sentido da prevenção à ameaça comunista. Por outro lado, com o chanceler Gibson Barbosa, buscou-se um exercício mais efetivo de autonomia na política exterior. Aqui é importante a observação a locada por José Flávio Saraiva no sentido dos atores presentes no protagonismo do processo decisório em política externa: "Apesar das

características fechadas do regime, a presidência da República e o Conselho de Segurança Nacional não foram os únicos formuladores de política externa. Em primeiro lugar, o governo Mediei tinha um estilo de administração descentralizada" (SARAIVA, 1999, 231). Nesse período, encontra-se o ajuste nuclear ao Acordo de cooperação tecnológica de 1969 entre o Brasil e a Alemanha (que iria ser firmado em sua plenitude em 27 de junho de 1975), e ações multilateralistas (CERVO, 1992, 371), algumas das quais na contramão dos interesses americanos, como na formação de um regime para o uso dos oceanos, de grande interesse estratégico para o Brasil.

O governo de Geisel é marcado no panorama internacional por um arrefecimento do embate ideológico entre as superpotências. Diversos fatores contribuem para este entendimento: a deténção, que foi um retrocesso das duas superpotências em relação à possibilidade do uso efetivo de armas nucleares, principalmente após os 13 dias em outubro de 1962, em Cuba. Também o expansionismo soviético passa, gradualmente, a não mais ser visto como uma ameaça e a ditadura a não se sustentar teleologicamente. O regime castrense começa a refrear seus próprios abusos, como no caso da exoneração do general-de-exército Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército em São Paulo, no episódio da morte por tortura do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

A atuação de Golbery do Couto Silva, nos ditames da política externa, agora sobre os auspícios intelectuais do pragmatismo responsável, capitaneado pelas ideias de Henry Kissinger. A figura de Golbery do Couto e Silva não pode ser dissociada do regime militar brasileiro. Primeiramente por ser este o maior expoente de teses geopolíticas no Brasil e também por ser, durante o governo Castelo Branco, criador do Serviço Nacional de Informação (SNI) - órgão este extinto por Collor. Na linha de raciocínio do descompasso contínuo, após a Revolução dos Cravos, em Portugal, e a consequente democratização deste, o Brasil, ao lado de Cuba e dos URSS, é o primeiro país a reconhecer o novo governo de Angola. Portugal criticou a atitude brasileira nas declarações de Mário Soares. Em 1974, Azeredo da Silveira referiu que não havia motivo para o adiamento da descolonização na África e condenou o apartheid na África do Sul. Importante também assinalar uma dicotomia onde incidem controvérsias de que o Brasil teria enviado secretamente armas para o MPLA que atuava em bloco com a URSS.

Com Azeredo da Silveira como chanceler, são nestes anos que, sob forte

pressão contrária americana, o Brasil assina, em Bonn, o Acordo de Cooperação Nuclear e, em 1974. São reatadas as relações diplomáticas com a China comunista, já que, até então, o Brasil reconhecia como legítimo o governo nacionalista de ilha de Formosa. O que parece ser uma política de distanciamento ideológico na realidade pode ser compreendido a partir da convergência de diversos fatores como o estilo autocrático de Geisel, o choque do petróleo com a consequente recessão mundial e valorização de primários, a detente e multilateralismo (PINHEIRO, 1993) o que gerou posturas como a da • abstenção brasileira na OEA em relação à suspensão do embargo económico a Cuba apesar de o voto brasileiro ter sido inicialmente ajustado a favor de Cuba.

Na seara da ONU, o voto brasileiro de aceitação do pressuposto que sionismo e racismo se equivalem foi o maior marco da diplomacia brasileira em relação a Israel. Atribui-se a causalidade do polémico voto à crise do petróleo e à possibilidade de venda de armas para os árabes. A vulnerabilidade brasileira quando do primeiro choque do petróleo - já que nesta época importava-se 70% do petróleo consumido - de fato justifica o voto favorável à Resolução 3.379; mas, por outro lado, a venda de armas, a partir de estudos tanto da política bilateral por Breda dos Santos como acerca do mito da indústria bélica brasileira por Proença Jr tornou-se uma causalidade insustentável na narrativa histórica. Considerando-se a sensibilidade das elites americanas, principalmente após a Segunda Grande Guerra, a um partidarismo pró Israel é possível avaliar o impacto que os votos brasileiros possuíram no sentido de um distanciamento político dos EUA.

No entanto, a mais expressiva distância entre a postura brasileira e norte-americana foi em 1977, quando o Brasil rompeu o acordo de cooperação bilateral militar com os EUA, em vigência desde 1952. Para que o Brasil fosse incluído no Plano de Assistência Militar dos EUA, era preciso entregar ao Congresso Americano um relatório sobre a questão dos direitos humanos. Os militares no Brasil, que, a pretexto ideológico, foram auxiliados pelos EUA a tomar o poder, e que, em nome da mesma ideologia pró-ocidente capitalista democrática, haviam cometido exageros na repressão à 'subversão', sentiriam-se traídos se rompendo o acordo, o Planalto alegou, por método Itamaraty, que a exigência do relatório seria uma ingerência nos assuntos internos.

O Presidente Figueiredo marcou a transição para o regime democrático e iniciou uma substancial contribuição para o estreitamento de laços e uma gradual confiança mútua com os países da Bacia do Prata, especialmente com

n Aiiivnim,). Estes fatores conjugados com a abertura democrática gradual .iMH(-cl 'in a percepção da ameaça comunista que compassava o regime, o que ii. H. ...lu/ir a um repensar das prioridades estratégicas brasileiras.

A mudança do eixo de percepção de ameaça, que se situava na região platina e que justificava o emprego acentuado do Exército na região, se comparado com outras faixas fronteiriças, iniciou-se neste período em boa porte devido a solução para a questão de Itaipu-Corpus, que consistiu em um conflito político entre Argentina e Brasil sobre um acordo na área energética. À Opoca era difícil a harmonização das posições entre os dois países, pois a Argentina defendia a tese de consultas prévias para realização da obra onquanto que o Brasil defendia que as mesmas não eram necessárias já que o princípio da responsabilidade por danos causados seria uma garantia suficiente. Por fim o Itamaraty definiu padrões técnicos mínimos de exigência para as negociações, visando a demonstrar a intenção conciliatória da parte brasileira (VIZENTINI, 1998, 294). O Acordo Tripartite que colocou fim à controvérsia de Itaipu estabeleceu bases de confiança mútua que foram significativas após 11 anos de impasse diplomático. Significativo também foi que Figueiredo realizou a primeira visita de um presidente brasileiro à Argentina, desde 1935. Contudo, o direcionamento da política externa na área económica prenunciava um fator de desprestígio do corpo diplomático brasileiro, que iria ocorrer no período posterior com a abertura democrática.

A PERCEPÇÃO DA AMEAÇA NA POLÍTICA DE DEFESA BRASILEIRA DURANTE A GUERRA FRIA

Podem-se estabelecer dois focos de ameaça percebidos pelo processo decisório brasileiro durante a Guerra Fria: a Argentina - esta ainda antes do conflito bipolar - e a ameaça comunista, principalmente advinda do embate ideológico entre as duas superpotências e agravada em sua rigidez durante o regime castrense no Brasil. Em relação à Argentina, durante um bom tempo, a vontade política direcionou-se mais no sentido de impedir a naturalidade de processos de aproximação do que de estimulá-la, já que, considerando-se o ponto de partida, a rivalidade fronteiriça possui suas raízes nos conflitos entre as Coroas da Espanha e de Portugal. Digno de menção que em momento algum o Brasil teve como ameaça o Estado Argentino, sendo a quase totalidade das controvérsias com a Província de Buenos Aires, constando como aliadas as

províncias do litoral argentino: Entre Rios, Santa Fé e Corrientes. A competição militar entre os dois países vizinhos deu-se em muito motivada pelo desejo argentino de estabelecer uma superioridade naval na América do Sul (BANDEIRA, 1993, 31). A fricção fronteiriça assumiria, como já mencionado, matizes económicas e diplomáticas no contencioso sobre o aproveitamento hidrelétrico dos rios na década de 70 que na realidade figurou como um zénite de disputas estratégicas e rativas ao ressurgir brasileiro nas décadas de 60 e 70 (ZUGAIB, 2007, 89ss; TRAVASSOS, 1935), e político, frente às declarações do Presidente Figueiredo, durante a Guerra das Malvinas, nos anos 80 (SEINTENFUS, 1994, 66).

Com o advento da Guerra Fria, outra ameaça passou a constar pragmaticamente nos planos de segurança nacional: o comunismo. Parcela significativa da sociedade brasileira passou a sustentar a ideia da incompatibilidade da ideologia marxista com os ideais da nação brasileira, sendo, para tal, exacerbados os ideais soviéticos, como se pode verificar em um artigo de uma revista nacional das Forças Armadas que sintetiza o imaginário coletivo em referência: 1º. Filosofia materialista; massificação do indivíduo, intolerância e aceitação da violência; 2º. Internacionalismo; sujeição aos centros mundiais do comunismo internacional; 3º. Totalitarismo ditatorial. O mesmo texto contrapõe o esposado aos ideais brasileiros: 1º. Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade da pessoa, o espírito de tolerância e a aversão à violência. 2º. Manutenção de nossa independência e soberania. 3º. Ideais democráticos (MELLO, 1971, 68).

Nos sentido do combate ao comunismo, a ameaça irá ser confrontada no plano interno, o que não invalida uma preocupação com o sistema internacional, que é pragmaticamente pormenorizada nas obras do pensamento estratégico-militar setentista. Na realidade, a política de defesa brasileira ficaria muito influenciada pela escola geopolítica tanto no entendimento dos eixos estratégicos da Bacia do Prata e Amazônica como num pragmatismo alinhado na relação com os EUA. A percepção americana, por sua vez, entendia e anuía com o papel de contenção exercido pelas Forças Armadas brasileiras. Lincon Gordon oferece subsídios para o entendimento da percepção americana e a relação entre as forças: "Tradicionalmente os militares brasileiros têm sido um fator estabilizador e moderador na cena política brasileira. (...) A orientação básica da grande maioria é moderadamente nacionalista, mas não anti-EUA; anti comunista, mas não

...)" (in PRIORE; VENÂNCIO, 2001, 351) A percepção das elites militares brasileiras coadunou-se com o interesse estratégico americano pelo modelo americano, por motivações diferentes. Enquanto nos círculos políticos brasileiros o apoio ao regime ditatorial era a projeção de influência internacional, no Brasil, a cultura católica, baseada nas Encíclicas papais sobre a doutrina social da Igreja, anatematizava o ateísmo marxista e os líderes diários evitavam a reforma agrária proposta por Jango.

A política de segurança nacional é um instrumento estratégico para a manutenção presente e constitui um instrumento mediante o qual o governo coordena, dentro de um conceito estratégico fundamental todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares (GASPARI, 2003, 130). O fato de sob a política de segurança nacional incidir o fator ideológico de alinhamento com os EUA e, conseqüentemente, resultar no comprometimento com a contenção da subversão comunista, também possuía dimensões contrárias ao interesse nacional, na medida em que os EUA não queriam que o Brasil desenvolvesse uma capacidade industrial competitiva..

Aqui se encontra a motivação do fator ideologia influenciar a percepção da ameaça. Com a chegada de Costa e Silva ao poder, a doutrina de segurança nacional passa a ser um instrumento de manutenção da segurança e da ordem interna, que revela a face do que os círculos decisórios brasileiros (intendiam por ameaça. É fortalecida a doutrina da segurança nacional, que tornava prioridade entre as FFAA a luta contra a ameaça interna e não mais a defesa contra inimigos estrangeiros. Assiste também a ampliações das redes de espionagem e de repressão. Paralelamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, atuam agora outras organizações, como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), a Operação Bandeirantes (OBAN) e o DOI-CODI, somente para citarmos algumas delas.

Em termos de processo decisório, havia uma situação institucional burocrática única: enquanto o comando militar para defesa não detinha coerência suficiente entre as forças singulares, o que ensejou diversos choques burocráticos, o comando militar na esfera interna, para garantir a ordem e a segurança, lançava mão de um sistema repressivo altamente institucionalizado, incluindo o uso sistemático da inteligência governamental para atuar na identificação da ameaça. A Constituição de 1946 apontava para a necessidade de um único Ministério Militar que possuía justificativa na economia para os cofres públicos e no estímulo à cooperação entre as forças,

que é um aspecto interessante do processo decisório, já que na análise sociológica importam não somente as relações civis militares, mas também as diferenças entre as forças. A ideia de um Ministério unificado não se concretizou, porém houve concordância dos militares em montar um Estado-Maior conjunto, batizado com o nome de Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que nunca conseguiu situar-se hierarquicamente acima das forças singulares.

Em uma perspectiva privilegiadamente histórica, a intervenção militar de 1964 visava ser um interlúdio político frente às mazelas da infiltração do ideário esquerdista no País. Com o fortalecimento e ampliação das prerrogativas do Executivo, o denominado grupo de Sorbonne, tendo como líder o Gal. Castello Branco, intentava o restabelecimento da democracia frente à ameaça de um imperialismo soviético, no prazo que se estenderia até o término do mandato de Goulart. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria chegava ao seu zênite com a crise dos mísseis em Cuba e começavam a ser assinados os tratados internacionais com o escopo de restringir o acesso às armas nucleares. É neste sentido que se afirma que a ameaça de uma guerra nuclear era a principal razão para se opor à Guerra Fria, dado que as probabilidades de uma catástrofe eram elevadas (HOBSBAWN, 2000,6).

O General Golbery Couto e Silva surge neste contexto como o mais expressivo pensador brasileiro na área estratégica e militar durante o regime ditatorial, até porque estava ligado diretamente à condução da política de segurança nacional. O fato de ter articulado a estratégia política e militar dos governos Geisel e Castelo Branco e ter sido ainda Chefe da Casa Civil de Figueiredo o colocam em uma situação dúbia de anuência com o sistema ditatorial e articuladora abertura democrática (GASPARI, 2003).

Além da gestão burocrática Golbery formulou pensamento estratégico que sintetizaria muito da produção intelectual levada cabo por seus pares que até hoje além de citada influencia o pensamento estratégico nacional. Interessa a este trabalho no quanto o poder telúrico da obra de Golbery reunia características comuns da percepção da ameaça nacional. Buscando uma forma organizacional pragmática, os eixos basilares para uma política nacional interna - em uma perspectiva geopolítica e, portanto, não dispensando os aspectos fronteiros - são: as duas grandes bacias, a Amazônica e a do Prata, o fenômeno do êxodo rural, as zonas marginais e a migração das elites. Para tal, propõe-se um tamponamento eficaz de possíveis vias de penetração; a

inicial, i.e., nacional, principalmente a partir da região Centro-Oeste, i.e., permitindo a inundação de civilização da Híleia Amazônica (COUTO e SILVA, 1967,92).

As Bacias Platina e Amazônica merecem uma atenção especial: esta [] apresenta-se como uma ilha distante, cuja conquista nem sequer se • http .< .II. empreender em bases sólidas (ibidem, 90), e aquela porque aparece **Como** principal área de fricção sul-americana, dada a sua maior vulnerabilidade e ameaças mais diretas e imediatas (ibidem, 59). A confrontação é considerada nitidamente favorável em relação à abertura litorânea para o oceano, o que causa uma preocupação ainda hoje presente em relação à defesa costeira. Por outro lado, há, em virtude da magnitude territorial, um balanceamento equitativo entre acesso continental e marítimo (ibidem, 48).

A preferência das povoações e do comércio marcadamente concentrado na zona litorânea, desde as Capitânicas Hereditárias, acaba por apresentar desafios de cultura histórica. Se, por um lado, o Brasil possuía uma população jovem, em acelerado ritmo de crescimento e apreciável grau de heterogeneidade, por outro, o êxodo rural desordenado é fator de subdesenvolvimento (ibidem, 47). Jaguaribe retoma o tema argumentando como um ato de insensatez do governo brasileiro o fato de se ter uma reserva florestal na fronteira norte e não uma divisa das Forças Armadas do País. Os silvícolas passam a ser presas fáceis, frente à atuação externa, do invasor e dos traficantes ligados à violência urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assevera também que o maior risco brasileiro hoje não é a Bacia do Prata, mas a abertura do Atlântico Sul: disso decorre que o sistema de defesa brasileiro tem que ser aeronaval, com adequado apoio terrestre (JAGUARIBE, 1993, 129-130). Por isso, além do tamponamento das áreas de fricção, do povoamento da Amazônia, o processo civilizatório brasileiro em direção a regiões inóspitas era meta emergencial o que revela um conjunto de metas estratégicas nacionais desvinculadas da ameaça política do contexto bipolar.

Já na esfera internacional, e dizendo respeito diretamente à percepção da ameaça, Golbery classifica sob diferentes perspectivas um Hemisfério Interior que possui relações de confiabilidade, inofensibilidade ou pacifismo para com o Brasil, compreendendo os EUA, a África e a Antártida. Esta zona constitui a inteira placa giratória para uma manobra para qualquer estratégia de defesa (opus cit, 84). Um Hemisfério Exterior representaria as nações com

potencial ameaçador como Alemanha, URSS ou a China, e outras com variáveis de estabilidade, como a Europa reconstruída pela OTAN, o Oriente Médio, a Índia, o Sudoeste Asiático, a Austrália e as alianças nos Golfos do Pacífico. Ao mesmo tempo que esta síntese do pensamento estratégico nacional presente na obra de Golbery do Couto e Silva aponta para as possibilidades e desafios geográficos e sugere a cooperação latina nas áreas econômica e também militar, mais como zonas de integração geopolítica, com vistas a uma conjunção voluntária de esforços nacionais para tarefas construtivas de paz. O importante nestas últimas considerações é o entendimento de como o Estado brasileiro pensava suas ameaças a partir de um pensamento paradigmático e sobrevivente nas atuais políticas de energia, defesa e planejamento nacional que permitem diminuir o volume da menção ao alinhamento automático e interpretar o comportamento estatal prevalentemente como um resgate da ideia de projeto nacional (VIZENTINI, 2004, 251-252).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das narrativas históricas e das políticas estratégicas que se interrelacionam com o comportamento estatal brasileiro durante o período convencionalmente chamado Guerra Fria sugere algumas considerações que pontuam o sentido da contribuição deste trabalho. Apesar da parcimônia dos argumentos utilizados crê-se não ter sido desavisadamente prodígio.

Primeiramente, o estudo histórico das relações internacionais no Brasil permite aos estudos históricos periodizações mais sofisticadas do que a amplamente utilizada, dos anos de 1945 até 1989 como período da Guerra Fria. Neste sentido três períodos parecem bem distintos em termos de comportamento do sistema internacional: (i) do final da Guerra em 1945 até a crise dos Mísseis em Cuba em 1962 que pode ser denominado com mais propriedade de Guerra Fria por compreender intensivamente as características atribuídas ao período como corrida armamentista e tecnológica e influência efetiva no tabuleiro político mundial capaz de influenciar cabalmente o comportamento estatal; (ii) o período de arrefecimento bipolar, credibilidade econômica internacional e intensificação do multilateralismo até o segundo choque do petróleo em 1979 - alguns enfatizariam já o primeiro de 1973 mas prefiro esta data pela conjugação com a Revolução Islâmica no Irã - e; (iii) a década das grandes transformações, principalmente no Leste Europeu - que

culminariam com a queda do Muro de Berlim. Entende-se que o distanciamento do período estudado que implica o isolamento maior do objeto de estudo somado ao afastamento da influência ideológica proporcionam releituras que gradualmente serão incorporadas aos instrumentos pedagógicos.

A segunda consideração diz respeito à ameaça e ao comportamento estatal brasileiro: A prática de política externa brasileira permite reconhecer que existem diversas iniciativas na esfera diplomática e militar que não obedeceram a uma racionalidade orgânica, pelo menos não à racionalidade da Guerra Fria. Neste contexto, a revolução de 1964 não é explicada somente pelo temor causado em influentes setores do tecido social brasileiro de que a ideologia socialista influenciasse as cúpulas decisórias nacionais. Como teoria de relações internacionais resulta de um tempo e de um espaço social e político determinado (BERNÁL-MEZA, 2005, 254) entende-se que a pesquisa historiográfica na América do Sul tem avançado a passos largos em direção à revisão das categorias da narrativa histórica. O fato das relações internacionais brasileiras não se pautarem pelas características predominantes atribuídas à grande periodização e generalização compreendida entre 45 e 89 revela o entendimento circunstancial da ameaça estatal segundo categorias simplificadoras que não desvelam a complexidade da fenomenologia das relações internacionais conforme levadas a efeito.

RESUMO: O presente trabalho busca compreender, em linhas gerais, o comportamento estatal brasileiro a partir dos condicionamentos do sistema internacional no período denominado 'Guerra Fria'. Com base nas narrativas históricas pretende também evidenciar que a periodização histórica é ainda passível de contribuições e reestruturações, que o comportamento estatal brasileiro foi condicionado, em parte, por padrões ideológicos e que o argumento cultural é relevante na compreensão dos fenômenos históricos relativos à estruturação do sistema internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria - ameaça estatal - história da política externa brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1993

- CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Lanterna na Popa: Memórias. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CARVALHO, Leonardo Arquimino de (Coord.). Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.
- CONN, Stetson, FAIRCHILD, Byron. A estrutura da defesa do hemisfério ocidental. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- DERVORT, Thomas R. Van. International Law and Organization - an introduction. Thousand Oaks: Sage Publications Inc., 1998.
- DIAMINT, Rut. Democracia y Seguridad em América Latina. Buenos Aires: NuevoHacer, 2001.
- DOLHNKOFF, Mirian, CAMPOS, Fláviode. Historiadi Brasil. Brasília: FUNAG, 1995.
- GADDIS, John Lewis. We now know: rethinking cold war history. New York: Oxford University Press Inc., 1997.
- HOBSBAWN, Eric. O NovoSéculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de Periferia. 2. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2000.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- JAGUARIBE, Hélio. Crise na República: 100 anos depois, primeiro ou quarto mundo? Rio de Janeiro: Biblioteca Estáciode Sá: ThexEd., 1993.
- MAGNOLI, Demétrio. Questões Internacionais Contemporâneas. 2. ed. Brasília: Fundação AlexandreGusmão, 2000.
- NEVES, Décio Vignoli das. Vultos do Rio Grande: da cidade e do município. Santa Maria/RS: Editora Palotti, 1981
- PATRIOTA, António de Aguiar. O Conselho deSegurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. O Livro de Ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- RAMONET Jgnácio. Geopolítica do Ca os. 3ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1999.
- REALE, Gionanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia. Vol. III. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações Internacionais: dois séculos de história; entre a ordem bipolar e o pol icentrismo. Vol. II. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- SEINTENFUS, Ricardo A. S.. Para uma nova política externa brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.
- SILVA, Goibery Couto e. Geopolítica do Brasil 1.2. edição. Rio de Janeiro: José Olympi o Editora, 1967.
- TRAVASSOS, Mário. Projeção Internacional do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1935.
- VIZEIMTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e Construção de uma Potência Média. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- _____, Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- VERTHBERGER, Yaacov Y. I. The World in their Minds: Information Processing, Cognition, and Perception in Foreign Policy Decisionmaking. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- ZUGAIB, Eliana. A Hidrovia Paraguai-Paraná. Brasília: FUNAG, 2006.

ANTIOOS E DOCUMENTOS

Al MUI IA An iiii últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização, JIHH, In 'AHAVA, José Flávio Sombra Saraiva. Relações Internacionais: dois séculos de história;M nidimi bipolar e o policentrismo. Vol. II. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Iliimim ioniiis,2001.

NHNAI MI IA, Raul. Síntese da Evolução do pensamento Latino-Americano em Relações IIBI I iri li H Í lis. In: PROCÓPIO, Argemiro. Os Excluídos da Arca de Noé. 2ª edição. São Paulo: Editora HUOIII 0,2005.

((HINC A, Luís Felipe de Seixas Corrêa. Diplomacia e História política externa e identidade nacional Iiiffm. In: Política Externa, vol. 9, n. 1,2000, pp.22-33.

I ii iMINUUEZ, Jorge, LINDAU, Juan.The primacyof Politics: Comparingthe Foreign Policies of Cuba mui MMXICO. In: How Foreign Policy Decisions are made in the Third World. Colorado: Westview hi in, IOH6.

tíAUDIS, John Lewis. On Moral Equivalency and Cold War History. Disponível em hllj://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/qaddis.htm. Acesso em 12/05/2002.

MiriS, Roberto. Penúria vai afetar defesa. Disponível em <http://Jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2002/p8/04/jorbra20020804005.html>. Acesso em 07/07/2004.

MI 11 o, Nilson Ferreira. A incompatibilidade da ideologia comunista com os ideais da nação Iiimtluira. Defesa Nacional, n. 640, nov./dez. 1971, pp. 61-68.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. In: CARVALHO, Leonardo An Iiilmino de (Coord.). Geopolítica e Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2002, pp. 59-79.

1'NIUIRO, Letícia. Reestabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da (Jiliiii. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 12, 1993, p. 247-270.